

AS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Franciele Simon Carpes¹

Denise Molon Castanho²

RESUMO: Este trabalho apresenta a pesquisa que foi realizada como requisito do Curso de Especialização Gestão em Arquivos, da Universidade Federal de Santa Maria/Universidade Aberta do Brasil. O enfoque é o processo de implementação de políticas públicas arquivísticas nas universidades federais do Rio Grande do Sul. As políticas públicas arquivísticas são fundamentais, servem como base para a gestão de documentos, principalmente nos arquivos das instituições públicas, como é o caso das universidades federais. Elas servem como subsídio e orientação para o desenvolvimento das atividades arquivísticas. Além disso, impulsionam o progresso da arquivística e representam uma garantia do cumprimento do direito de acesso à informação. Neste sentido, este estudo tem como objetivo geral investigar a aplicação de políticas públicas arquivísticas nas universidades federais do Rio Grande do Sul. Para atingir este objetivo, foram selecionadas, as três Universidades mais antigas do Estado, onde foram aplicados questionários compostos por questões abertas e fechadas. Os instrumentos foram aplicados aos encarregados pelo setor responsável pela documentação. Os dados coletados foram reunidos e analisados qualitativamente, e discutidos com base na fundamentação teórica. A discussão e reflexão sobre as políticas públicas arquivísticas voltadas aos arquivos universitários, permitem afirmar que as universidades do estudo aplicam em parte as políticas instituídas pelos órgãos arquivísticos nacionais e as consideram insuficientes. Mesmo assim, as universidades demonstraram interesse em participar do estabelecimento de políticas públicas arquivísticas.

Palavras-Chave: Arquivística. Políticas públicas. Universidades federais.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas arquivísticas são fundamentais, servem como base para a gestão de documentos, principalmente nos arquivos das instituições públicas, como é o caso das universidades federais. Assim, elas servem como subsídio e orientação para o desenvolvimento das atividades arquivísticas. Além disso, impulsionam o progresso da arquivística e representam uma garantia do cumprimento do direito de acesso à informação.

O tema das políticas públicas de arquivos, para o seu desenvolvimento necessita de estudo, reflexão e questionamento por parte da comunidade arquivística. Atualmente, este assunto tem se destacado nas discussões da arquivística nacional, como tema de congressos, seminários, palestras, pesquisas, etc. O debate tem se dado mais em função da ausência do que da presença dessas políticas, razão pela qual mostra-se bastante oportuno (JARDIM, 2009). Mesmo assim, Jardim (2008) ressalta que ainda é escassa a literatura sobre políticas informacionais e especialmente as

¹ Arquivista da Universidade Federal de Santa Maria. Acadêmica do Curso de Especialização Gestão em Arquivos – UFSM/UAB. *E-mail:* fran_carpes@yahoo.com.br.

² Professora Assistente do Departamento de Documentação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. *E-mail:* molon63@yahoo.com.br

políticas públicas arquivísticas. As reflexões sobre as políticas públicas arquivísticas no Brasil “mostram-se insuficientes para subsidiar ações do Estado e da sociedade civil na formulação, implantação e avaliação de políticas públicas arquivísticas” (p. 2).

O tema dos arquivos universitários, também vem sendo estudado. No entendimento de Ohira (*et al*, 2004, p.2), os arquivos universitários “vem sendo objeto de preocupação no âmbito da arquivística, tanto em nível internacional quanto nacional, o que se evidencia na produção levantada”. Essa preocupação se deve a importância dos arquivos universitários para o acesso à informação em domínios administrativos, históricos e científicos nas instituições de ensino superior públicas e ou privadas (*ibid*). Os arquivos das universidades têm sob sua guarda documentos essenciais para a administração da universidade, resultantes das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esses documentos são testemunho da memória da instituição, podendo ser fonte de pesquisa para alunos, professores, historiadores, pesquisadores, entre outros.

2 METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Inicialmente os principais autores da área foram pesquisados, bem como se recorreu à *internet* para buscar referências mais recentes sobre políticas arquivísticas e arquivos universitários, como artigos, teses, e dissertações, bem como os *sites* do Conselho Nacional de Arquivos, do Arquivo Nacional e do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal (SIGA). Segundo Ohira (2004), há poucas produções nacionais sobre o tema “arquivos universitários”, além da ausência significativa de obras mais completas, predominando artigos e resumos de comunicações em eventos.

A *internet* também foi utilizada para realizar a seleção das universidades a serem pesquisadas. Selecionaram-se as três primeiras instituições criadas no Rio Grande do Sul, conforme a análise do seu histórico nos respectivos *sites*. Assim, foram selecionadas como universo da pesquisa a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Fundação Universidade do Rio Grande e a Universidade Federal de Santa Maria.

Como instrumento de coleta de dados foi escolhido o questionário, composto por questões abertas e fechadas. A aplicação de questionários é o melhor método para se obter grande quantidade de dados sobre um grande elenco de questões sociais e políticas, e possibilita uma análise rigorosa e precisa (BOWDITCH, BUONO, 1992). Para validar o instrumento de coleta de dados, o questionário elaborado foi entregue a um profissional arquivista atuante na área de arquivos universitários para análise e avaliação. A aplicação do pré-teste evidencia possíveis erros e permite a reformulação de falhas no questionário definitivo (LAKATOS; MARCONI, 2007).

Os questionários foram aplicados aos encarregados pelo setor responsável pela documentação da universidade, que foram encaminhados ao *e-mail* servidor designado pela

Universidade. Para este encaminhamento foi utilizada a tecnologia de GED - repositório digital *google doc*, que permitiu à elaboração de um formulário eletrônico obtendo-se, rapidamente, as respostas das três instituições.

Os dados coletados foram reunidos, analisados e discutidos teoricamente com base na fundamentação teórica. A análise e a interpretação são atividades distintas, porém estritamente relacionadas – a análise é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o assunto estudado e outros fatores, enquanto a interpretação é a atividade intelectual que procura dar um significado amplo as respostas, vinculando-as a outros conhecimentos (LAKATOS, MARCONI, 2007).

Na análise e interpretação dos resultados, as universidades foram identificadas pela letra U (universidade) e por um número para diferenciá-las, por exemplo: U1 (universidade 1) e U2 (universidade 2), conforme a ordem de recebimento das respostas, a fim de preservar suas identidades. Durante a análise, foi realizada uma leitura preliminar, para destacar observações relevantes. Os dados foram organizados conforme as categorias para melhor compreensão dos resultados. Para responder aos objetivos propostos, os resultados obtidos e analisados teoricamente permitiram apresentar as considerações finais do estudo.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Para a análise da aplicação das políticas públicas arquivísticas no processo de gestão documental das instituições e destacaram-se as ações decorrentes das funções de classificação, avaliação e descrição, que são consideradas inseparáveis e complementares na perspectiva da arquivística integrada (LOPES, 1997).

De acordo com as respostas, a classificação de documentos não é realizada na U2. Nas U1 e U3, esta função é desenvolvida em alguns setores. O fato da classificação não ser desenvolvida na totalidade das instituições merece reflexão, porque esta é uma função arquivística considerada primordial para o desenvolvimento das demais funções. No tocante aos documentos públicos, Sousa (2004) afirma que a classificação é a função matricial de todo o trabalho arquivístico, tem um papel importantíssimo na preservação da memória da Administração Pública Federal. Conseqüentemente, o instrumento resultante do processo de classificação, o plano de classificação, foi elaborado para os documentos de alguns setores nas universidades 1 e 3. O plano de classificação é o instrumento base da gestão de documentos, nele são representadas de forma hierárquica as unidades de classificação. Como bem ressalta Sousa (2004, p. 29):

a organização e o acesso às informações contidas nos documentos de arquivo não podem prescindir de um instrumento de gerenciamento do arquivamento dos registros documentais, pois a classificação das informações arquivísticas é uma atividade matricial, que fundamenta outras funções arquivísticas, tais como: avaliação e descrição.

Apesar de a U1 e a U3 realizarem a classificação documental, apenas a U1 afirma utilizar, parcialmente, o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública Federal: atividades-meio (ARQUIVO NACIONAL, 2001). A U2 e a U3 não o utilizaram nem mesmo como subsídio para desenvolver a classificação. Esse fato demonstra que o instrumento elaborado pela Câmara Técnica de Classificação de Documentos do CONARQ, e aprovado por meio de Resolução, não é totalmente utilizado na maioria das universidades pesquisadas, como o recomendado pelos órgãos responsáveis pelas políticas públicas arquivísticas brasileiras.

Nas reflexões realizadas por Sousa (2004) quanto ao Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: atividades-meio, o autor questiona se é possível ter um instrumento de classificação padrão para um conjunto de órgãos públicos. Afirma ainda que a resposta a este questionamento não é absoluta, pois cada órgão possui uma missão específica, o que o diferencia dos demais. No entanto, para o autor, as atividades-meio desses órgãos são semelhantes em toda a administração pública, o que possibilitaria a adoção de um instrumento de classificação normalizado.

Sousa (2004) cita ainda a pesquisa de Oliveira (1997, p. 85) quando afirma que apesar de a maioria dos órgãos conhecerem as resoluções do CONARQ “a utilização dos instrumentos aprovados é inexpressiva, além de não ter sido apontada como solução dos problemas por nenhum órgão”. Esta afirmação revela que a não utilização do instrumento não ocorre só nas universidades pesquisadas. Para o autor devido a sua complexidade estrutural o Código constitui um instrumento de difícil entendimento. Sousa (2004) ressalta que o problema mais notório para a aplicação desses instrumentos publicados pelo CONARQ, refere-se a sua estrutura, pois ocorre o uso inconsistente dos princípios de classificação ou divisão, quando há imprecisão na definição das funções e atividades além da confusão entre a ação que produz o documento com o próprio documento.

Faria (2006, p.21) destaca que há dois grupos distintos na comunidade arquivística nacional: “os que apóiam a iniciativa do CONARQ como forma de provocar as alterações necessárias no cenário arquivístico nacional; e os que repudiam o que foi entendido como “engessamento” dos principais instrumentos de gestão arquivística”. Na pesquisa Faria concluiu que é notória a contribuição das Resoluções nº. 4, 8 e 14 no desenvolvimento de ações arquivísticas, “seja pela reprodução integral de suas proposições ou pela base de pesquisa legislativa e técnica” (p. 126).

Dessa forma, apesar das críticas e dificuldades apontadas, o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: atividades-meio é considerado um importante instrumento que serve como subsídio para a realização da classificação nos órgão da Administração Pública Federal. Faria (2006) e Sousa (2004) concordam que é indiscutível a importância da iniciativa do CONARQ em oferecer este instrumento de classificação, para ser adotado nos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos.

No que se refere à avaliação documental, os resultados revelam que esta função é realizada em todas as universidades pesquisadas. Na U1 a avaliação já foi realizada em alguns setores e, em outros está em andamento. A U3 afirma que a avaliação acontece somente em alguns setores. A U2, apesar de declarar que não realiza a classificação, afirma que o processo de avaliação documental está em andamento. Bernardes salienta que a avaliação deve “ser realizada no momento da produção, paralelamente ao trabalho de classificação, para evitar a acumulação desordenada, segundo critérios temáticos, numéricos ou cronológicos” (1998, p.14). Neste sentido, reforça-se que para que o processo de avaliação seja desenvolvido de forma satisfatória é indispensável a realização da classificação, para melhor identificar e contextualizar os documentos.

Em todas as universidades existem comissões permanentes de avaliação, mas não comissões setoriais. Neste sentido pode-se afirmar que todas as IFES pesquisadas cumprem o que dispõe o artigo 18 do Decreto nº. 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991:

Em cada órgão e entidade da Administração Pública Federal será constituída comissão permanente de avaliação de documentos, que terá a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor.

No processo de avaliação a comissão de avaliação de documentos é imprescindível. Cabe destacar que a U2 declara que a comissão não está atuando, apesar do processo de avaliação estar em fase de desenvolvimento. Bernardes considera que o primeiro passo para a implementação do processo de avaliação de documentos de arquivo é a “constituição formal da Comissão de Avaliação de Documentos, que garanta legitimidade e autoridade à equipe responsável” (1998, p. 17). Assim, não é possível desenvolver um processo de avaliação adequado sem a participação de uma comissão de avaliação de documentos, considerando as normativas do CONARQ.

Com relação aos membros que compõem a comissão de avaliação, observa-se a participação de arquivistas em todas as comissões. Na U1 fazem parte da comissão, além do arquivista, um administrador, um profissional da área jurídica, um historiador e um contador. Na U2, onde a comissão não está atuando, fazem parte, um historiador, um docente do curso de Arquivologia, e um representante do Hospital Universitário. Já na U3, a comissão é composta por um profissional da área jurídica, um técnico em microfilmagem, e um responsável pela unidade produtora dos documentos.

O Arquivo Nacional (2001) orienta que a comissão de avaliação deve ser composta por: arquivista; servidores das unidades organizacionais às quais se referem os documentos a serem destinados; historiador ligado à área de pesquisa de que trata o acervo; profissional da área jurídica, responsável pela análise do valor legal; profissionais ligados ao campo de conhecimento de que

trata o acervo (economista, sociólogo, engenheiro, médico e outros); outros profissionais que possam colaborar com as atividades da comissão.

Dessa forma, as universidades em estudo não seguem totalmente as orientações do Arquivo Nacional. Na U1 observa-se a ausência de um colaborador da unidade produtora dos documentos. A U2, além da ausência do servidor da unidade produtora, também não há a presença de um profissional da área jurídica. Na U3 falta a presença de um historiador, que poderia garantir a preservação dos documentos de interesse histórico.

Cabe destacar ainda que, em se tratando de organizações complexas, seria indispensável à existência de comissões setoriais de avaliação. Isto facilitaria indiscutivelmente o processo de avaliação documental, pois as mesmas competem: promover o levantamento e a identificação das séries documentais produzidas, recebidas ou acumuladas por seu respectivo órgão; elaborar a proposta de tabela de temporalidade, encaminhando-a para a apreciação e aprovação da comissão de avaliação; acompanhar os trabalhos de organização, racionalização e controle de documentos do seu setor, visando o estabelecimento de rotinas de eliminação ou envio para guarda permanente; propor as modificações cabíveis para a tabela de temporalidade, coordenar o trabalho de seleção e preparação material dos conjuntos documentais a serem eliminados; entre outros (BERNARDES, 1998).

Quanto à tabela de temporalidade documental, instrumento resultante da avaliação, a U1 confirma a sua existência na instituição. Na U3 ela existe para alguns setores e, em outros está em fase de elaboração. A U2 afirma que não possui este instrumento. A tabela de temporalidade documental é um instrumento fundamental, porque permite distinguir as informações essenciais das supérfluas, garantindo a preservação, recuperação e o acesso das informações e também tornam a avaliação um procedimento organizado e seguro (SCHELLENBERG, 2006).

A ausência de instrumentos de gestão (como o plano de classificação e a tabela de temporalidade), em alguns setores das instituições, demonstra que o processo de gestão documental das universidades não cumpriu todos os seus objetivos. Para Rousseau e Couture (1998, p. 145) os instrumentos de gestão “facilitam o trabalho dos arquivistas e dos diversos intervenientes em matéria de análise e de definição de necessidades de acompanhamento e controle dos vários elementos do programa de gestão dos arquivos”.

Quando questionadas sobre quais os subsídios utilizados para realizar a avaliação de documentos, todas as universidades declaram que utilizaram a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos as atividades-meio da Administração Pública (ARQUIVO NACIONAL, 2001). Além desse instrumento, a U1 e a U3 responderam que utilizam como base o tempo de guarda estabelecido na legislação; a frequência de uso dos documentos; e os valores dos documentos. A U2 expõe que vem sendo utilizada também a “Pré-tabela das atividades-

fim das IFES”, denominada pelo SIGA como Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior.

As U1 e U3 receberam esta Tabela para consulta pública realizada entre março e maio de 2010. A U1 declarou que participou da sua elaboração e, por isso, não participou da consulta pública. A U2 revelou que não recebeu este instrumento, mas tomou conhecimento da sua existência por meio de colegas de profissão e, participará da consulta. A U3 a recebeu via e-mail, e declarou que respondeu a consulta pública. A versão final da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior ainda não foi publicada.

Esses dados permitem afirmar que o instrumento de avaliação elaborado para a Administração Pública Federal pelos órgãos responsáveis pelas políticas arquivísticas nacionais, vem sendo utilizado, ainda que como subsídio. Deste modo, evidencia-se a relevância do trabalho do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos em oferecer subsídios para que os órgãos da Administração Pública desenvolvam ações arquivísticas adequadas. Para Silva (1999), os atos normativos aprovados e disseminados pelo CONARQ vêm preencher graves lacunas que dificultavam a adequada gestão dos arquivos da administração pública.

As duas instituições que possuem tabela(s) de temporalidade(s), U1 e U3, consideram a orientação do Arquivo Nacional de enviar este instrumento para a aprovação do órgão arquivístico na sua esfera de competência. Neste sentido, a U1 declarou que a(s) tabela(s) de temporalidade da instituição foi(ram) encaminhada(s) e aprovada(s) pelo Arquivo Nacional; a U3 declarou que encaminhará a sua tabela para análise. A U2, como apresentado anteriormente, ainda não possui esse instrumento.

No que se refere à descrição documental, apenas uma das universidades, U2, afirma não possuir nenhum instrumento de pesquisa. A U1 declara que existe um catálogo para os processos administrativos, que não segue nenhuma norma, porque não foi elaborado pelo setor de Arquivo. Também está sendo elaborado um catálogo para os arquivos setoriais, tendo como referência a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE. A U3 respondeu que possui inventários documentais que foram elaborados tendo como subsídio a NOBRADE e instrumentos de pesquisa de outras instituições.

Ao analisar os resultados, observa-se que a NOBRADE foi utilizada por duas universidades, das três pesquisadas, para elaborar seus instrumentos de descrição. Dessa forma, é evidente a contribuição da norma/orientação do CONARQ no que se refere à descrição arquivística. Como afirma Andrade (2007), esta norma pode auxiliar as instituições a dar o primeiro passo, normalizando seus instrumentos de pesquisa. Assim, a NOBRADE vem cumprindo o seu objetivo, que é, conforme o artigo 2º da Resolução nº. 28 do CONARQ, a padronização de procedimentos em

sistemas de arquivos e/ou em entidades custodiadoras e a facilitação do acesso e do intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional.

De acordo com as respostas, as três universidades não possuem um sistema de gerenciamento arquivístico para documentos eletrônicos da instituição, e nem fizeram menção ao uso de aplicativos ou banco de dados para gerenciar documentos. Esse resultado impede que se faça uma análise quanto à utilização do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-Arq Brasil.

Isto pode significar que as instituições não fazem uso de documentos eletrônicos, o que é muito pouco provável, ou que esses documentos não vêm sendo tratados de forma adequada. Neste sentido, cabe enfatizar que o CONARQ, na Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, de 2004, manifesta “a importância das instituições arquivísticas, do poder público, da indústria de tecnologia da informação e comunicação e das **instituições de ensino e pesquisa** [grifo nosso], implementarem ações” (CONARQ, 2010, p.89), especialmente no que concerne a elaboração de estratégias e políticas; estabelecimento de normas e; promoção do conhecimento.

Com relação ao processo de gestão documental, a análise das políticas de gestão arquivística nas três universidades permite afirmar que muitas políticas arquivísticas vêm sendo adotadas e que, há maior número de ações desenvolvidas na U1 e na U3, embora a U2 tenha declarado que muitos procedimentos estão em fase de implementação.

No entanto, observa-se, nas universidades pesquisadas, a falta de preocupação com o desenvolvimento do processo de gestão documental como um todo nas instituições, pois todas as funções arquivísticas desenvolvidas foram adotadas em apenas alguns setores das mesmas. Este resultado pode ser consequência da complexidade organizacional das IFES. Neste sentido, é importante salientar que as ações devem se estender aos demais setores, até atingir toda universidade, pois a gestão documental é um processo dinâmico e deve ser desenvolvido de forma contínua. Rousseau e Couture (1998) observam que a informação deve ser gerida sistematicamente, por meio de um programa organizado e harmonioso, que garanta a continuidade das intervenções arquivísticas. Esta dificuldade se apresenta nas universidades desde a década de 1990, porque dentre as moções do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários (1991) está a recomendação de que o processo de avaliação de documentos seja realizado em todas as unidades que compõem as universidades, através das comissões de avaliação locais e com a participação efetiva em todos os níveis.

Os resultados analisados permitem afirmar, também, que de certa forma, os subsídios e orientações do CONARQ e do Arquivo Nacional vêm sendo utilizados e observados para o desenvolvimento das ações arquivísticas nas três universidades pesquisadas. A Norma Brasileira de Descrição Arquivística é o instrumento mais utilizado e o Código de Classificação de Documentos

de Arquivo para a Administração Pública: atividades-meio o que foi menos utilizado. Esse resultado corrobora com as considerações de Silva (1999) quando o autor analisa que as ações do CONARQ e do Arquivo Nacional tem reflexos positivos que “já podem ser sentidos em ações concretas para o desenvolvimento de programas de gestão de documentos, tanto em órgãos e entidades da Administração Pública Federal, como em administrações estaduais” (p.5).

Quanto às políticas públicas arquivísticas no Brasil a U1 considera que não há políticas públicas arquivísticas voltadas para os arquivos universitários. As universidades 2 e 3 consideram que existem políticas, mas que as mesmas ainda são insuficientes.

Ao serem questionadas sobre quem são os responsáveis pelo estabelecimento de políticas públicas arquivísticas voltadas para os arquivos universitários, apenas a U3 respondeu. Para esta Universidade os responsáveis são o Conselho Nacional de Arquivos, o Arquivo Nacional, a Universidade e os arquivistas.

Ferreira ressalta o papel fundamental do Estado na formulação e execução de políticas públicas, pois estas são “programas de ação governamental visando coordenar os meios de ação governamental e atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados” (apud Sousa, 2006, p. 8). Para Siqueira (2008), a responsabilidade pela efetivação de políticas públicas não é só do Estado, mas de toda a sociedade. Portanto, a construção e a efetivação das políticas públicas arquivísticas é tarefa de todos, - CONARQ, Arquivo Nacional, universidades, arquivistas e sociedade em geral. Para que as políticas instituídas pelo Estado se convertam em ações eficientes, que seja um diferencial nas instituições, é preciso que todos estejam conscientes do seu papel.

Com base nas respostas analisadas é possível inferir que os entrevistados das universidades consideram que são poucas as políticas públicas arquivísticas voltadas aos arquivos universitários e, as que existem são consideradas insuficientes. Este fato merece destaque e reflexão na medida em que a formulação/desenvolvimento de diretrizes que facilitem a gestão de documentos públicos do executivo federal não tem cumprido seus objetivos satisfatoriamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar o objetivo e a análise dos resultados, pode-se concluir que as universidades em estudo aplicam em parte as políticas públicas arquivísticas. No que diz respeito às políticas arquivísticas das instituições é possível verificar que as universidades consideram importante o desenvolvimento de uma gestão de documentos/informações adequada aos princípios e teorias arquivísticas. No caso dos arquivos universitários, a implementação da gestão da informação significa atender as necessidades informacionais de gestores, alunos, professores e pesquisadores.

A análise dos resultados permite afirmar que todas as universidades demonstraram interesse e disposição em desenvolver políticas arquivísticas de acordo com normas vigentes. O reconhecimento da relevância de uma gestão documental adequada é o primeiro passo para mudar a realidade informacional das instituições, mas não é o suficiente. É necessário que gestores, arquivistas e servidores desenvolvam um trabalho em conjunto a fim de elaborar e executar projetos apropriados, onde sejam disponibilizados recursos humanos, materiais e financeiros.

Quanto à utilização dos instrumentos de gestão elaborados pelo Conselho Nacional de Arquivos, são aplicados/utilizados parcialmente no âmbito das universidades pesquisadas. O Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-meio (ARQUIVO NACIONAL, 2001) é o que apresentou maior grau de inaplicabilidade. A Tabela Básica de Temporalidade e Destinação Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-meio de 2001 é usada como subsídio para a realização da avaliação documental nas instituições. A NOBRADE é norma mais utilizada pelas instituições, como base para a elaboração de instrumentos de pesquisa.

Dessa forma, evidencia-se a importância desses instrumentos como subsídio para o estabelecimento e aplicação de políticas arquivísticas nas Universidades. Ainda assim, devido às dificuldades de aplicação apresentadas, principalmente com relação ao Código de Classificação, sugere-se a sua revisão. Revisão que deve ser realizada em conjunto com os diversos órgãos da Administração Pública Federal, para que melhor represente as funções e atividades desses órgãos. Apesar disso, cabe enfatizar que a tentativa de normatização dos instrumentos de gestão arquivística é uma questão delicada que causa discordância entre os autores da área. Por isso, deve haver um maior debate sobre a sua eficiência, e o entendimento de que estes instrumentos servem apenas como subsídio para o desenvolvimento de ações arquivísticas, e como um instrumento pronto para aplicação.

A investigação, discussão e reflexão sobre as políticas públicas arquivísticas voltadas ao arquivos universitários, permitem reafirmar que as universidades do estudo aplicam em parte as políticas instituídas pelos órgãos arquivísticos nacionais e as consideram insuficientes. Mesmo assim, as universidades demonstraram interesse em participar do estabelecimento de políticas públicas arquivísticas, o que revela que essas instituições estão conscientes do seu papel nesse processo.

Esforços devem ser dispensados no sentido de planejar e instituir políticas de gestão de documentos fundamentadas em teorias e desenvolvidas metodologicamente, seguindo as orientações da legislação vigente. Os profissionais precisam buscar iniciativas para que possam gerir as informações arquivísticas de forma integrada, viabilizando o acesso e uso das mesmas.

ABSTRACT: This work present the research that went realized as requirement of Course Specialization Management in Archive, of Federal University of Santa Maria and Open University of Brazil. The approach of research is the process of implementation of public politics archives administration in the Federal Universities of Rio Grande do Sul. The public politics archives administrations are fundamental, serve as base to the records management, especially in the archives of public institutions, as is the case of Federal Universities. They serve as subsidy and orientation to the development of activity archives administration. Beyond of this, impel the progress of archives administration and represent a guarantee of compliment of right of access to information. In this pointless, this study has as general goal to investigate the application of public politics archives administration in the Federal Universities of Rio Grande do Sul. To reach this goal, went select, the three Universities more antique of State, where went apply questionnaires composed for open and close questions. The instruments went applied to charge by sector responsible by documentation. The details collected went reunited and analyzed qualitatively, and discussed with base in the theoretical fundamentation. The discuss and reflection about the public politics archives administration turned around to Archives University, allow to state that the study's universities apply in part the politics instituted for the archives administration national organs and consider insufficient. Same like this, the universities showed interest in to participate of public politics archives administration's establishment.

Key-word: Arquivística (archives administration). Políticas públicas (public politics). Universidades federais (federal universities).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré. **Aspectos Introdutórios da Representação de Informação Arquivística:** A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), A Descrição Arquivística Codificada (Ead-Dtd) e o Projeto Archives Hub 1. Revista eletrônica Ponto de Acesso, Salvador, v. 1, n. 2, abr. 2007. Disponível em: www.pontodeacesso.ici.ufba.br. Acesso em: março de 2010.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo** relativos as atividades-meio da administração pública. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer; v.1).

BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. **Elementos do comportamento organizacional.** São Paulo: Pioneira, 1992. p. 23 a 37.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Legislação Arquivística Brasileira.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/conarq>. Acesso em: maio de 2010.

FARIA, Wadson Silva. **A normalização dos instrumentos de gestão arquivística no Brasil:** um estudo da influencia das Resoluções do Conarq na organização dos arquivos da Justiça Eleitoral Brasileira. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2757/1/Dissert%20Wadson%20Silva%20Faria.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2010.

JARDIM, José Maria. **Diversidade Arquivística e Políticas de Arquivos**. Revista eletrônica Ponto de Acesso, Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-59, abr. 2009. Disponível em: www.pontodeacesso.ici.ufba.br. Acesso em: agosto de 2009.

_____. **Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006)**. Disponível em: <http://www.enancib2008.com.br/> Acesso em: agosto de 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, Luis Carlos. **A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada**. Rio de Janeiro: APERJ, 1997.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt, *et al.* **Gestão de Documentos em Arquivos Universitários: Estudo de Caso no Arquivo Central da FAED-UDESC**. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 1., Brasília, 2004. Disponível em: http://200.19.105.195/html/novo_portal/arquivos/secao/cdoc/FAED_Congresso.pdf. Acesso em: agosto de 2009.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. (Nova Enciclopédia, 56).

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6º ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SIQUEIRA JR, Paulo Hamilton. **Direitos Humanos e Políticas Públicas**. Disponível em: www.conpedi.org/.../Paulo%20Hamilton%20Siqueira%20Jr.pdf. Acesso em: 23 de março de 2008.

SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, I, 1991, Campinas. Atas... Campinas: Coordenadoria do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

SILVA, Jaime Antunes da. **Por uma Política Nacional de Arquivos**. In: Mesa Redonda Nacional de Arquivos, 1999. Disponível em: www.conarq.arquivonacional.gov.br/.../por_uma_politica_nacional_de_arquivos.pdf. Acesso em: abril de 2010.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **O arquivista e as políticas públicas arquivísticas**. In: Congresso Nacional de Arquivologia, II, 2006, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.

_____. **O Código de Classificação de Documentos de Arquivo do Conselho Nacional de Arquivos: estudo de caso de um instrumento de classificação**. Revista do Arquivo de Rio Claro, Rio Claro, n.º. 2, p. 26-69, 2004. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1430>. Acesso em: abril de 2010.